

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
5º Período Manhã
Contabilidade de Custos
Contabilidade de Entidades de Previdência
Contabilidade Fiscal e Tributária
Logística
Projeto de Estágio Supervisionado
Teoria Avançada da Contabilidade

TAXA DE JUROS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Belo Horizonte
14 outubro 2015

TAXA DE JUROS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Trabalho apresentado às disciplinas Contabilidade de Custos, Contabilidade de Entidades de Previdência, Contabilidade Fiscal e Tributária, Logística, Projeto de Estágio Supervisionado, Teoria Avançada da Contabilidade; do 5º Período do Curso de Ciências Contábeis Manhã do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Professores:

Cristiano Moreira da Silva
Fátima Maria Penido Drumond
Hildegardo Martins Lima
José Ronaldo da Silva
Silvio Júlio Cavalcanti de Freitas

Belo Horizonte
14 outubro 2015

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 TAXA DE JUROS E POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2.1 Taxa Selic e a taxa de juros de longo prazo	6
2.2 Taxa de juros - mecanismo de transmissão da política monetária	6
2.3 Breve histórico da taxa de juros 1996 - 2015	8
2.4 Políticas públicas	11
3 ANÁLISE DO EFEITO DAS TAXAS DE JUROS NO PAC	13
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência social que sofre influência do meio em que está inserida. Ou seja, a economia também influencia a contabilidade. A taxa de juros é, sem dúvida, um dos principais instrumentos da economia, ela é capaz de afetar decisões de consumo dos indivíduos e de investimentos, a magnitude do déficit público, entre outras variáveis. Além de afetar também o fluxo de recursos externos para a economia e o valor da taxa de câmbio, e com isso a competitividade de produtos do país.

A situação atual da economia é um cenário de crise, em relação ao PIB brasileiro tem-se uma variação negativa, um aumento da taxa de desemprego de 7,5% para agosto de 2015, a inflação acumulada está estimada em 9,2, a formação bruta de capital fixo indicador do investimento teve retração de 11,9% no segundo trimestre de 2015, além disso, agrega negativamente a crise, os recentes casos de corrupção, esses são indícios de recessão anunciada. Porém a crise é em nível global; o cenário internacional foi caracterizado por uma série de fatores que ainda imputam alto grau de incerteza à economia global. “As principais economias do mundo encontram-se em trajetórias divergentes no que tange ao nível de atividade. Com isso, as respostas em termos de política econômica tendem a ser não coordenadas, podendo, no curto prazo, levar a um novo período de desaceleração da economia mundial.” BNDES (2015).

Com o advento da intervenção do ente estatal na economia de forma que promovesse o crescimento com distribuição de renda. Conforme Faria (2005) neste contexto, foram pensadas as políticas públicas como respostas do Estado às demandas da sociedade. A partir do pressuposto da intervenção do poder público na economia, a descrição das prioridades elencadas pelo Estado, ou seja, os objetivos de política macroeconômica estabelecidos pelo Estado. Nesta perspectiva, são expostos os instrumentos de política macroeconômica, empregados para que os objetivos possam ser atingidos incluindo-se a taxa de juros, bem como interpretados seus usos, de acordo com a prioridade definida pelo poder público. Diante desse contexto questiona-se de que forma as taxas de juros e a política monetária influenciam nas políticas públicas e no desenvolvimento econômico?

O presente trabalho objetiva identificar a forma que a taxa de juros e a política monetária afeta as políticas públicas e o desenvolvimento econômico. Para isso torna-se necessário definir o que são políticas públicas e o que são taxa de juros; apresentar um breve histórico das taxas de juros desde a adoção do plano real até atualmente; identificar a relação

entre a taxa de juros e as políticas públicas; analisar as políticas públicas atuais mais relevantes ao desenvolvimento econômico.

Esse trabalho se mostra relevante devido a necessidade dos atuais e futuros profissionais contábeis, terem o conhecimento de aspectos econômicos referentes a taxa de juros e as políticas públicas. E é de suma importância devido ao papel da política monetária e das políticas públicas de desenvolvimento econômico no Brasil.

Quanto à metodologia utilizada para o desenvolvimento deste, em um primeiro momento foi feita a pesquisa bibliográfica de várias fontes escritas e a delimitação dos principais aspectos a serem abordados, e então foi feita a leitura e análise do referencial bibliográfico. E posteriormente a discussão e elaboração deste. E este foi elaborado com base nas orientações para elaboração de trabalhos científicos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015). Para melhor expor o tema foi realizado um breve estudo do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento relacionando-o com a taxa de juros.

2 TAXA DE JUROS E POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Vasconcellos (2009), a taxa de juros representa o preço do dinheiro no tempo, sendo uma taxa de rentabilidade para os aplicadores e o custo do empréstimo para os tomadores. Na economia e nas finanças, o conceito diz respeito ao custo de um crédito. Trata-se, portanto, de um termo que permite fazer conexão ao valor, à utilidade, ao lucro ou ao ganho de algo. Normalmente a taxa de juros é expressa em percentual por um período de tempo; e os juros são calculados a partir deste percentual. Os conjuntos de alternativas que a sociedade dispõe para aplicar seus recursos e que rendem juros, chamados de ativos financeiros não monetários são, por exemplo: títulos públicos, cadernetas de poupança, CDBs, entre outros.

Tratando-se de taxa de juros é importante diferenciar taxa de juros real e taxa de juros nominal; pois estas trazem implicações nas decisões de investimento. A taxa de juros nominal constitui-se no pagamento em forma de percentagem que um tomador de empréstimo faz ao prestador, quando não há inflação a taxa de juros nominal será igual à taxa de juros real, porém em período de inflação faz-se importante a distinção. Enquanto a taxa de juros nominal mede o preço pago ao poupador por suas decisões de poupar, inclui-se nela a perda que sofre por efeito da inflação, já a taxa de juros real mede o retorno de uma aplicação em termos de quantidade de bens, ou seja, a taxa nominal refere-se à taxa de juros que é cobrada (ou paga) independente da taxa de inflação, já a taxa real é a taxa após “descontada a inflação. (VASCONCELLOS, 2009, p.311; GITMAN *et. al.* p. 248)

De acordo com Barbosa (2015), a taxa de juros tem papel fundamental nas decisões dos agentes econômicos: no âmbito familiar afeta suas decisões de consumo, em relação a decisão de adquirir um bem a prazo e na decisão entre consumir e poupar já que juros mais elevados levam a um aumento da poupança. Já do lado empresarial, as taxas de juros interferem nas decisões de investimento, quanto mais elevadas as taxas de juros, mais alto será o custo de tomar emprestado o recurso para investir, sendo assim mais atraente aplicar o recurso no mercado financeiro, do que na atividade produtiva, além disso, quando os juros estão altos, as empresas procuram trabalhar com menor estoque possível, tanto de produtos finais como de matérias-primas, porque o custo de “carregar” o estoque fica muito alto. Para o governo, os juros também têm um papel relevante por causa da dívida interna; quando as taxas de juros sobem, o custo de rolagem da dívida interna aumenta, pressionando o déficit público e, por consequência a própria dívida interna. Além disso, as taxas de juros também

tem papel importante para as contas externas; quando o país está necessitando de moedas estrangeiras, as taxas internas de juros podem ser elevadas para atrair recursos do exterior, que vêm em busca de maiores rendimentos.

2.1 Taxa Selic e a taxa de juros de longo prazo

Quando se fala genericamente em taxa de juros é importante ter em mente que existe na realidade uma série de taxas de juros que convivem simultaneamente. Destaca-se inicialmente dentre essas taxas, aquelas definidas pelo governo.

De acordo com Gonzalez (2005), a taxa Selic é a taxa de juros básica da economia brasileira, ela é regulada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, com o objetivo de política monetária. A taxa Selic é fixada mensalmente ou a cada 45 dias. Esta taxa básica é utilizada como referência para o cálculo das demais taxas de juros cobradas pelo mercado. O Banco Central define a taxa Selic como:

(...)taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais. Para fins de cálculo da taxa, são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação. BANCO CENTRAL

Segundo Gonzalez (2005), é a Selic que dá a medida das outras taxas de juros usadas no país: do cheque especial, do crediário, dos cartões de crédito, da poupança. É a partir dela que os bancos calculam quanto cobrarão de juros para conceder um empréstimo. Quanto menor a Selic, mais "barato" fica para o consumidor fazer um empréstimo ou comprar a prazo; mas essa relação não é direta.

A taxa de juros de longo prazo (TJLP) foi criada para ser aplicada nos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); o BNDES é a instituição financeira governamental voltada para a concessão de créditos de longo prazo para investimento; BNDES visa estimular a indústria nacional, o desenvolvimento equilibrado dos diversos setores, promover exportações, dentre outros.

2.2 Taxa de juros - mecanismo de transmissão da política monetária

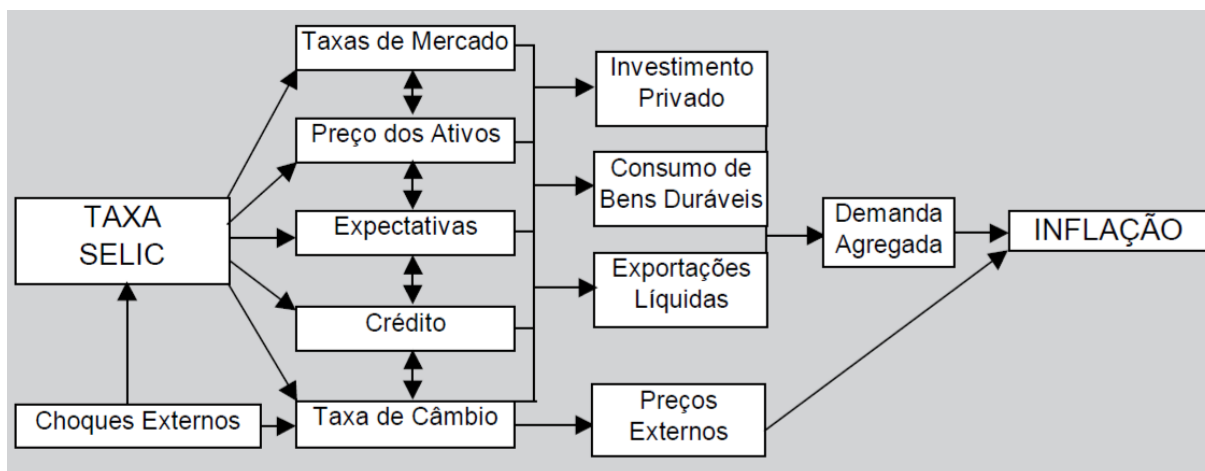
A política monetária é o instrumento de política econômica utilizada pelo o governo

para afetar indiretamente o produto, através das intervenções sobre o mercado financeiro e sobre a taxa de juros. Assim, a política monetária resume-se à ação do governo no sentido de controlar as condições de liquidez da economia. De acordo com Brito (2004), os principais instrumentos da política monetária são: as emissões, operações de mercado aberto (*open market*), o redesconto e a regulamentação da moeda e do crédito. O principal objetivo da política monetária é movimentar os níveis de demanda de bens e serviços na direção da oferta global de moeda, buscando-se pleno emprego.

Segundo Vasconcellos (2009) o regime de metas para a inflação é um regime monetário no qual o Banco Central pré-estabelece uma meta que é anunciada publicamente, que tem o objetivo de diminuir e manter a inflação em níveis baixos, onde o banco central irá buscar cumprir a meta fixada para um determinado período de tempo, então o BACEN deverá ter total autonomia para gerir os instrumentos de política monetária, as alterações na taxa de juros básicas, taxa SELIC, afetam variáveis econômicas, como preços, juros para empréstimos e financiamentos.

De acordo com Vasconcellos (2009), quando o Banco Central realiza uma política monetária expansionista, provoca uma redução na taxa de juros nominal, dada a expectativa da inflação essa menor taxa de juros nominal, implica uma menor taxa de juros real, assim reduzindo-se o custo real do crédito têm-se aumento do consumo e do investimento agregado, conseqüentemente também um aumento da demanda agregada. No caso da política monetária contracionista, quando se aumenta a taxa de juros, para assim desacelerar o crescimento da demanda agregada e alcançar determinada taxa de inflação, seguindo o mesmo mecanismo. O gráfico abaixo mostra, de maneira simplificada, os principais mecanismos de transmissão da política monetária.

Gráfico 1 - Taxa de juros - transmissão política monetária

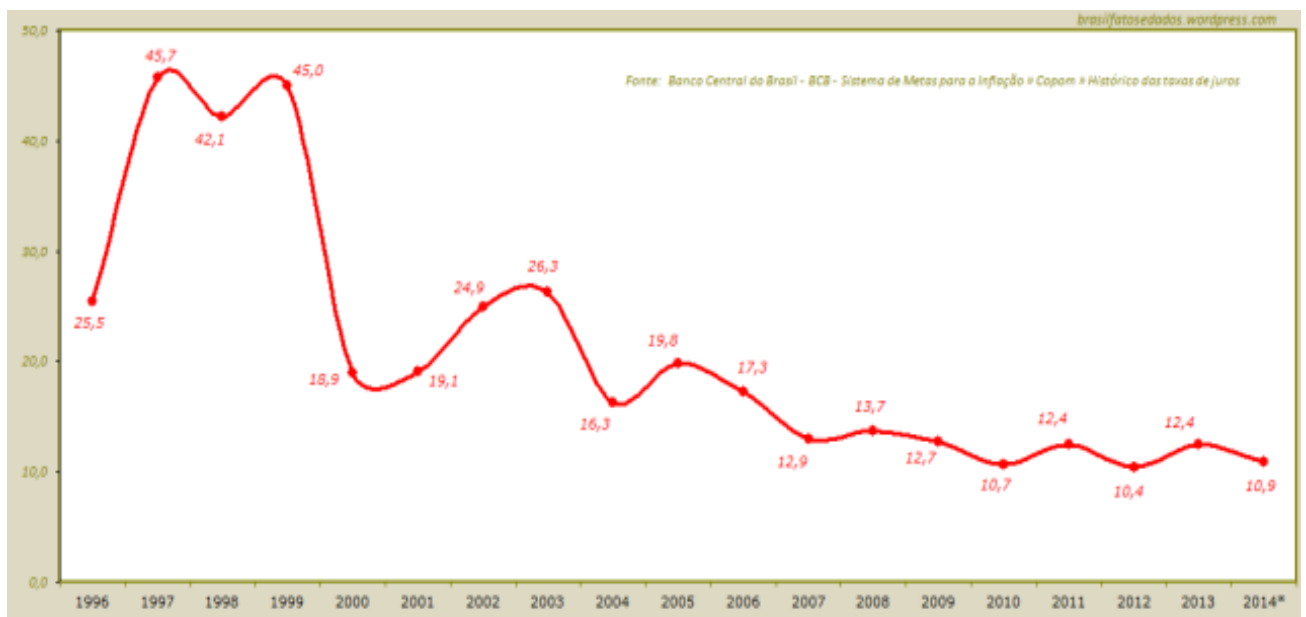


Fonte: Relatório de inflação 1999 , o mecanismo de transmissão da política monetária

2.3 Breve histórico da taxa de juros 1996 - 2015

No gráfico abaixo se apresenta a evolução da taxa de juros desde o início do plano real. Nos anos de 1996 até 1999 apresenta a maior média do período De acordo com Gala (2012), começou-se o plano real com SELIC acima de 50% ao ano para conter o excesso de aquecimento da economia no contexto do plano de estabilização. As crises da Ásia e Rússia obrigaram o BC a colocar o juro real em mais de 30% ao ano para segurar o regime de câmbio fixo.

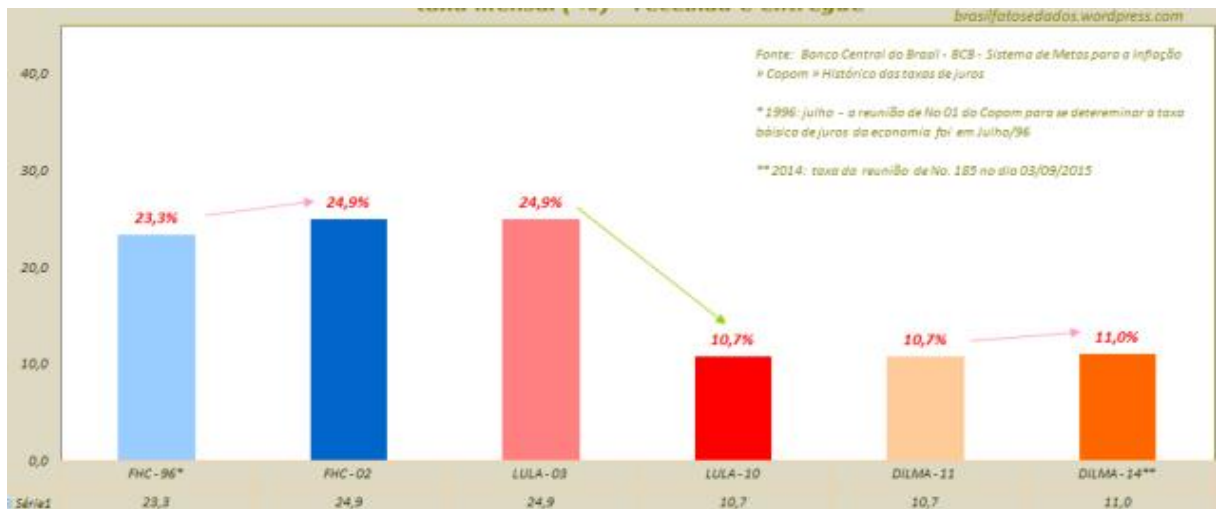
Gráfico 2 - Taxa máxima mensal do ano - Brasil - Evolução 1996-2014



Fonte: brasilfatosedados.wordpress.com

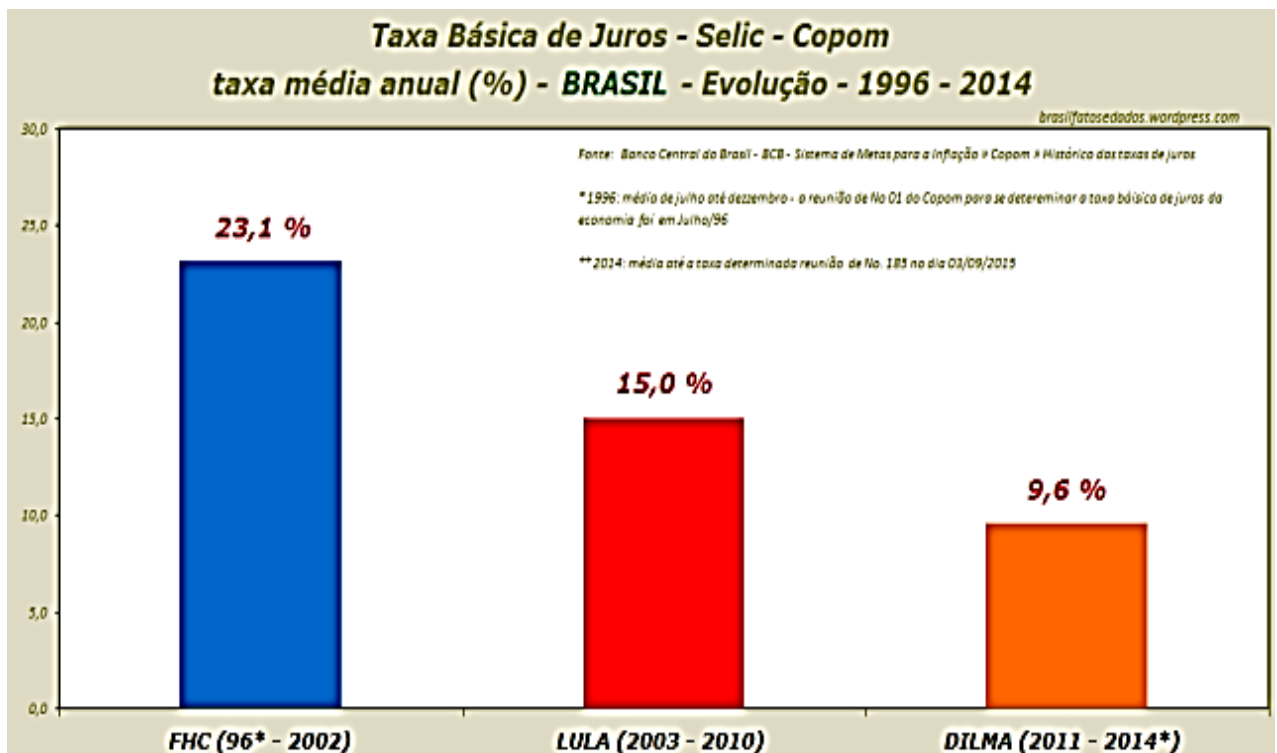
Os dois gráficos seguintes apresentam informações sobre a taxa envolvendo os governos FHC, Lula e Dilma.

Gráfico 3 - Taxa básica de juros - governos 1996-2014 : FHC, Lula, Dilma - Brasil



Fonte: brasilfatosedados.wordpress.com

Gráfico 4 - Taxa básica de juros média anual - Brasil - Evolução - 1996-2014



Fonte: brasilfatosedados.wordpress.com

Com os dados acima comparando os dois primeiros anos de cada governo tem-se uma taxa de juros média de 30,3% no governo FHC, 17,4% no governo Lula e 13,5% no governo Dilma. Segundo Gala (2012) a mudança para o câmbio flutuante em 13 de janeiro de 1999

inaugurou uma fase de redução paulatina das taxas reais. A fase de transição para o governo Lula teve ainda um relativo stress, com câmbio indo a R\$4,00 no final de 2002. É possível observar no gráfico 2 uma nova subida de juros no início de 2003 para controlar os efeitos inflacionários da desvalorização cambial. Depois da estabilização das expectativas no início do governo Lula, as taxas de juros reais seguem uma trajetória consistente de queda até o final de 2012. A transformação do país em grau de investimento, a quadruplicação das reservas, a estabilização dos preços, entre outras melhoras macroeconômicas, trouxeram nosso juro real para o menor patamar da história recente.

Atualmente de acordo com o COPOM a taxa de juros está em 14,25%, mais alta que alguns períodos anteriores, mas não tão alta se comparada com os anos iniciais do plano real. E a taxa tem crescido desde 2013, isso está evidenciado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom - 2014 -2015

data		%	
02/09/2015	03/09/2015 -	14,25	
29/07/2015	30/07/2015 - 02/09/2015	14,25	14,15
03/06/2015	04/06/2015 - 29/07/2015	13,75	13,65
29/04/2015	30/04/2015 - 03/06/2015	13,25	13,15
04/03/2015	05/03/2015 - 29/04/2015	12,75	12,65
21/01/2015	22/01/2015 - 04/03/2015	12,25	12,15
03/12/2014	04/12/2014 - 21/01/2015	11,75	11,65
29/10/2014	30/10/2014 - 03/12/2014	11,25	11,15
03/09/2014	04/09/2014 - 29/10/2014	11,00	10,90
16/07/2014	17/07/2014 - 03/09/2014	11,00	10,90
28/05/2014	29/05/2014 - 16/07/2014	11,00	10,90
02/04/2014	03/04/2014 - 28/05/2014	11,00	10,90
26/02/2014	27/02/2014 - 02/04/2014	10,75	10,65
15/01/2014	16/01/2014 - 26/02/2014	10,50	10,40

Fonte: COPOM

Já o quadro abaixo apresenta a evolução da taxa de juros de longo prazo mensal do período de 1995 - 2015, a TJLP apresenta redução crescente comparando-se os anos apesar de ter aumentado do ano de 2014 para o ano de 2015.

Quadro 2 - Histórico TJLP mensal Brasil - 1996-2015

Mês/Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Janeiro	2,1675%	1,4767%	0,9183%	0,8242%	1,0700%	1,0000%	0,7708%	0,8333%	0,9167%	0,8333%	0,8125%
Fevereiro	2,1675%	1,4767%	0,9183%	0,8242%	1,0700%	1,0000%	0,7708%	0,8333%	0,9167%	0,8333%	0,8125%
Março	1,9708%	1,5283%	0,8608%	0,9808%	1,0700%	1,0000%	0,7708%	0,8333%	0,9167%	0,8333%	0,8125%
Abril	1,9708%	1,5283%	0,8608%	0,9808%	1,1233%	0,9167%	0,7708%	0,7917%	1,0000%	0,8125%	0,8125%
Mai	1,9708%	1,5283%	0,8608%	0,9808%	1,1233%	0,9167%	0,7708%	0,7917%	1,0000%	0,8125%	0,8125%
Junho	2,0608%	1,2867%	0,8458%	0,8858%	1,1233%	0,9167%	0,7708%	0,7917%	1,0000%	0,8125%	0,8125%
Julho	2,0608%	1,2867%	0,8458%	0,8858%	1,1708%	0,8542%	0,7917%	0,8333%	1,0000%	0,8125%	0,8125%
Agosto	2,0608%	1,2867%	0,8458%	0,8858%	1,1708%	0,8542%	0,7917%	0,8333%	1,0000%	0,8125%	0,8125%
Setembro	1,8283%	1,2475%	0,7833%	0,9733%	1,1708%	0,8542%	0,7917%	0,8333%	1,0000%	0,8125%	0,8125%
Outubro	1,8283%	1,2475%	0,7833%	0,9733%	1,0417%	0,8125%	0,8333%	0,8333%	0,9167%	0,8125%	0,8125%
Novembro	1,8283%	1,2475%	0,7833%	0,9733%	1,0417%	0,8125%	0,8333%	0,8333%	0,9167%	0,8125%	0,8125%
Dezembro	1,4767%	0,9183%	0,8242%	1,5050%	1,0417%	0,8125%	0,8333%	0,8333%	0,9167%	0,8125%	0,8125%

Mês/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Janeiro	0,75%	0,5417%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4167%	0,4167%	0,4583%
Fevereiro	0,75%	0,5417%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4167%	0,4167%	0,4583%
Março	0,75%	0,5417%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4167%	0,4167%	0,4583%
Abril	0,6792%	0,5417%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4167%	0,4167%	
Mai	0,6792%	0,5417%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4167%	0,4167%	
Junho	0,6792%	0,5417%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4167%	0,4167%	
Julho	0,625%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4583%	0,4167%	0,4167%	
Agosto	0,625%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4583%	0,4167%	0,4167%	
Setembro	0,625%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4583%	0,4167%	0,4167%	
Outubro	0,5708%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4583%	0,4167%	0,4167%	
Novembro	0,5708%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4583%	0,4167%	0,4167%	
Dezembro	0,5708%	0,5208%	0,5208%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4583%	0,4167%	0,4167%	

Fonte: BANCO CENTRAL

2.4 Políticas públicas

Conceitua-se como Política Pública todo o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, com a participação de entes públicos ou privados, que propõem assegurar determinado direito de cidadania, de forma generalizada ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a

direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (DEUBEL, 2006).

Texeira (2002) define políticas públicas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, que visam responder a demandas da sociedade, essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, algumas dessas políticas visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, já outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda. Essas políticas podem ser uma forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas econômicas.

Flexor e Leite(2015) afirmam que “é preciso ter claro que o termo políticas públicas não se refere necessariamente às políticas do Estado, mas pode incluir outras ações igualmente públicas originárias de instituições não governamentais, movimentos, etc.”. Diante disso admite-se assim como Lima (2012) afirma, duas abordagens distintas para o termo política pública: a abordagem estatista onde se constitui como políticas públicas somente aquelas que emanam do ente estatal; e a abordagem multicêntrica em que a política é considerada pública se o problema que quer enfrentar é público, independente do agente que formula a política.

As políticas públicas que parte da abordagem estatista, normalmente estão constituídas por instrumentos de planejamento, execução, encadeados de forma integrada e lógica, da seguinte forma: 1- Planos, 2- Programas, 3- Ações, 4- Atividades. Os planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos. Os programas estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica. Ações visam o alcance de determinado objetivo estabelecido pelo programa, e a atividade, por sua vez, visa dar concretude à ação.

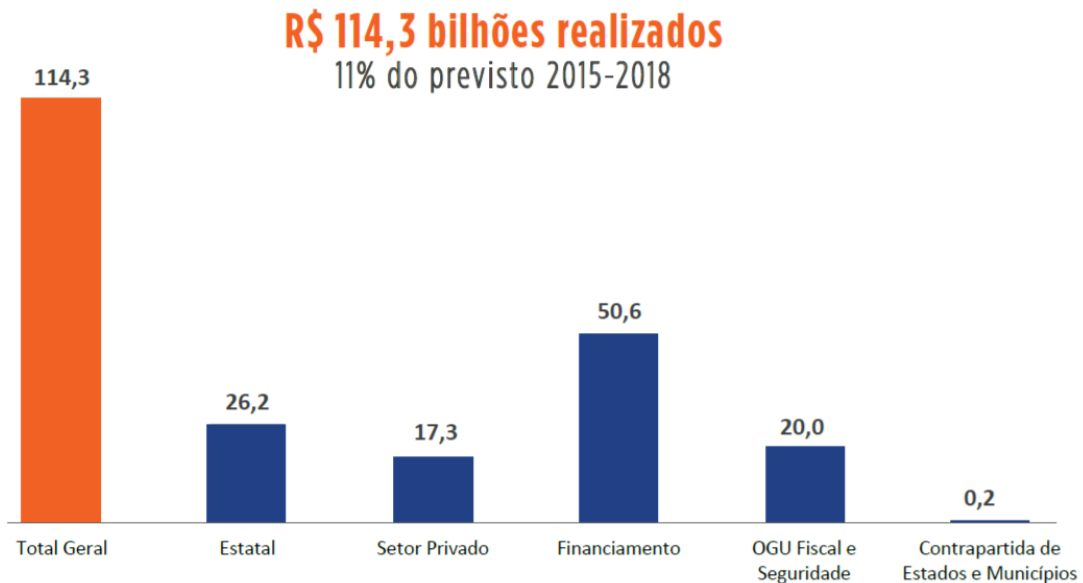
3 ANÁLISE DO EFEITO DAS TAXAS DE JUROS NO PAC

O PAC - Programa de Aceleração do crescimento foi criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A primeira fase do PAC objetivava acelerar o crescimento econômico do Brasil até 2010, e atingir a taxa de crescimento de 5% ao ano, segundo Harada (2007), dentre as medidas para a implantação do PAC estavam a redução de tributos, uso do recurso do FGTS para a criação do Fundo de Investimento e Infraestrutura, a implantação do SPED, entre outras. O PAC nasceu com a boa intenção de acelerar o crescimento da economia brasileira, de forma sustentável e acelerada. Como para crescer mais é preciso aumentar a taxa de investimento na economia brasileira, o ponto fundamental do PAC é a aplicação de R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura, em quatro anos, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Também faz parte do PAC, dentre outras ações, o estímulo ao crédito e ao financiamento, vitais para o desenvolvimento econômico e social.

Em 2011, o PAC entrou em sua segunda fase. E em 2015 se destaca como um programa consolidado, com uma carteira de mais de 40 mil empreendimentos e volume expressivo de investimento. Porém o PAC foi afetado pela crise brasileira, De janeiro a agosto deste ano, o governo investiu 27 bilhões de reais em projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), montante 36% menor que os 42,3 bilhões de reais, em termos nominais, registrados no mesmo período do ano passado. De acordo com Lima, (2015) é um grande problema reduzir investimentos no PAC, pois dessa forma o início da retomada econômica do país é sempre adiado. Segundo esse autor são obras e equipamentos que têm o poder de alavancar a economia; e se o governo deixar de fazer determinados projetos, o efeito é um aumento do desemprego e uma retração ainda maior da atividade. Atualmente os principais eixos do PAC são: Infraestrutura Social e Urbana, Infraestrutura Logística e Infraestrutura Energética.

Segundo o Primeiro Balanço de 2015 do PAC, em relação à execução financeira, de janeiro até 30 de junho de 2015, foram realizados R\$ 114,3 bilhões. Esse resultado, apesar do quadro de ajustes da economia, mostra que o programa está em andamento.

Gráfico 5 - Execução Financeira PAC janeiro - agosto 2015



Fonte: 1º Balanço PAC 2015

Segundo Carvalho e Lepikson (2007) a política econômica praticada anteriormente ao PAC objetivou manter a inflação sob controle, para isso praticou uma das maiores taxas de juros do mundo, o que por um lado mantém a inflação sob controle, por outro é um obstáculo ao crescimento por encarecer os investimentos.

Dentre as medidas institucionais e econômicas do PAC tem-se o estímulo ao crédito e ao financiamento o aumento, principalmente por parte da Caixa Econômica Federal e do BNDES as medidas são: concessão pela União de crédito à Caixa Econômica Federal para aplicação em saneamento e habitação; ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento e habitação; criação do fundo de investimento em infraestrutura com recursos do FGTS; elevação da liquidez do fundo de arrendamento residencial; redução da TJLP, e redução dos spreads do BNDES para infraestrutura, logística e desenvolvimento urbano.

Com base nos dados acima, constata-se que as taxas de juros têm importância significativa nas políticas públicas como o PAC, na época de sua implantação já se afirmava que para aceleração efetiva no crescimento a taxa de juros deveria acompanhar o PAC, porém o cenário recente da economia requer um aumento da taxa de juros para conter a inflação o que de certa forma, afeta negativamente o PAC.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que foi observado, constata-se que a taxa de juros tem papel importante na economia, ela afeta a tomada de decisão de consumo no âmbito familiar, afeta a tomada de decisão de investimento no âmbito empresarial, para o governo ela também é relevante devido à dívida interna e em relação às contas externas.

Com isso nota-se que a taxa de juros direta e indiretamente influenciam também nas políticas públicas principalmente as políticas atreladas ao desenvolvimento econômico, por exemplo, tem-se algumas ações de algumas políticas públicas que envolvem a oferta de crédito/ financiamento, com taxas de juros mais baixas ou com taxas fixas por bancos de desenvolvimentos como o BNDES, , já que uma taxa de juros mais baixa é uma das condições favoráveis para o estímulo do investimento e consumo, em suma para a aceleração econômica.

Porém em um cenário de crise econômica, com recessão anunciada, a tendência é uma alta da taxa de juros, nota-se também que no Brasil, onde se tem umas das taxas de juros mais altas do mundo um dos objetivos das alterações na taxa de juros sempre foi o controle da inflação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fernando de Holanda. **Política monetária: instrumentos, objetivos e a experiência brasileira.** Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-17092003-140355/puplico>> acesso em: 28 ago 2015

BARBOZA, Ricardo de Menezes. **Taxa de juros e transmissão de política monetária.**

Disponível em:

<www.ie.ufjr.br/images/conjuntura/Taxa_de_Juros_e_Mecanismos_de_Transmissao_daa_Politica_Monetaria_no_Brasil.pdf> Acesso em 15 set 2015

BNDES. **Relatório da administração.** 2015. Disponível em:

<bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arrquivos/empresa/download/RelatAdm0615.pdf> Acesso em 01 out 2015.

BRASIL. **1º Balanço do PAC 2015.** Disponível em: <pac.gov.br/sobre-o-pac/divulga%C3%A7%C3%A3o-do-balanco> Acesso em 30 set 2015

BRASIL. **Sobre o PAC.** Disponível em: <pac.gov.br> Acesso em: 02 out 2015

BRITO, Paulo. **Economia brasileira: planos econômicos e políticas econômicas básicas.** 2ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DEUBEL, Andre-Noel Roth. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación.** Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora, 2006.

FLEXOR, Georges. LEITE, Sergio Pereira. **Análise de políticas públicas: Breves considerações teórico-metodológicas.** Disponível

em:<franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gest%C3%A3o/AnalisePolitica%20Publica_flexor_leite.pdf> Acesso em: 24 ago 2015.

GREMAUD, Amaury Patrick; *et al.* **Economia brasileira contemporânea.** 7 ed. - 11 reimpr. - São Paulo: Atlas 2014.

GITMAN, Lawrence J.; *et al.* **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall 2010.

GONZALEZ, Bernardo Celso de Rezende. **O contexto de definição da taxa de juros básica no Brasil e implicações no crescimento econômico**. Revista *Múltipla*, Brasília, n° 19. Faculdades Integradas: dezembro 2005.

HARADA, Kiyoshi. **Pac programa de aceleração do crescimento**. Revista *Jurídica Consulex*. Ano XI, n° 243. 28 fevereiro 2007.

LIMA, Luiz. **Investimento no PAC até agosto é o menor desde 2011**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/investimento-no-pac-ate-agosto-e-o-menor-desde-2011/>> Acesso em 30 set 2015.

LIMA, Waner Gonçalves. **Política pública: discussão de conceitos**. NEMAD Edição número 05, Outubro de 2012. Disponível em: <ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf> Acesso em 25 ago 2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a American Psychological Association (APA) e o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (VANCOUVER)** / Elaboração Roziane do Amparo Araújo Michielini. Belo Horizonte, 2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: <dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/023_a> Acesso em 18 set 2015

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. - 4ed. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.